

A economia de abastecimento de Santa Catarina no império marítimo português (1750-1820)*

Santa Catarinas supply economy in the portuguese empire (1750-1820)

André Fernandes dos Passos**

Resumo: Este artigo busca entender as relações entre o aumento populacional no litoral de Santa Catarina e o aumento de sua produção mercantil entre 1750 e 1820. Para isso, fez-se uma análise sobre a colonização da região, em aspectos referentes ao seu povoamento, ao tráfico de escravos e à sua produção mercantil, em um recorte de tempo reconhecido pela historiografia como de dinamização do mercado do Atlântico. Além do diálogo com a bibliografia, utilizam-se, neste estudo, fontes históricas provenientes do Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: Economia. Abastecimento. Escravidão. Colonização. Santa Catarina.

Abstract: This article seeks to understand the relationship between the population increase on the coast of Santa Catarina with the increase in its commercial between 1750 and 1820. For this, we have made a research on the colonization of the region, in aspects regarding the settlement, slave trade, and its production mercantile, in a time cut known by historiography as the dynamism of the atlântic market. We have used, for this purpose, a dialogue with bibliography and sources from the Overseas Council.

Keywords: Economy. Supply. Slavery. Colonization. Santa Catarina.

JEL: N36. N56. N96. R11.

* Submissão: 29/01/2020 | Aprovação: 27/09/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v25i2.712

** Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil | ORCID: 0000-0002-2499-9993 | E-mail: andrefpassos@msn.com



Introdução

As revisões historiográficas sobre o caráter econômico de Santa Catarina no período colonial apontam que a região não se manteve durante um longo período de tempo (1650-1850) enquanto uma economia de subsistência. Ao contrário do que afirmaram alguns trabalhos pioneiros na análise do passado econômico da região, o litoral catarinense esteve conectado às dinâmicas do mercado atlântico por meio de suas regiões portuárias.¹

A tendência prolongada de alta nos preços dos produtos coloniais no mercado do Atlântico, iniciada no final do século XVIII, estimulou muitos senhores de engenhos e lavradores da Bahia a trocar suas roças de subsistência pela compra de alimentos no mercado local (Barickman, 2003). No Rio de Janeiro, diversos inventários *post mortem* de senhores de engenho detentores de mais de cem escravos demonstram a inexistência de produção de alimentos em suas propriedades durante as primeiras décadas do século XIX (Fragoso; Florentino, 2001).

No final do século XVIII e início do XIX, a produção agrícola voltada à subsistência da população não estava concentrada em grandes plantações. As regiões agroexportadoras eram conectadas com áreas produtoras especializadas no cultivo de alimentos a fim de garantirem o seu abastecimento (Fragoso, 1998; Barickman, 2003).

De acordo com Alcir Lenharo (1993, p. 20), a Coroa Portuguesa, quando desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, incentivou um processo de integração comercial do Centro-Sul para evitar as crises de abastecimento, em que “Santa Catarina contribuía com milho, feijão, arroz, trigo, cebola e farinha de mandioca”.

Neste estudo, colocou-se em evidência o povoamento do litoral de Santa Catarina e a sua produção econômica entre 1750 e 1820, a fim de identificar as características socioespaciais e o volume da produção local, resultado da ampliação dos interesses portugueses em vincular a região às cadeias do mercado atlântico. Utilizou-se como fonte a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, acessada por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

¹ De acordo com Filho (2007), interpretações sobre o passado econômico de Santa Catarina foram como os trabalhos de Cabral (1968), Hübener (1981) e Piazza (1982) concluíram que houve uma expansão tardia da produção econômica de Santa Catarina, que ocorreu a partir de 1850, quando a região se conectou ao complexo cafeeiro do Sudeste brasileiro. No entanto, estudos mais recentes apontam que a região esteve integrada ao mercado de abastecimento do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco desde o final do século XVIII. Ver: Mamigonian (2006); Mamigonian e Vidal (2013); Silva (2013); Mamigonian e Sayão (2021).

1. A ocupação portuguesa do litoral de Santa Catarina em meados do século XVIII

O engenheiro militar brigadeiro José da Silva Paes, que havia arquitetado fortes em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, chegou na ilha de Santa Catarina para administrar e projetar as fortalezas locais no ano de 1738. Em 1742, Silva Paes escreveu ao rei para acusar a artilharia que recebeu, ressaltando que “todas estas prevenções, e obras, sem gente que guarneça, são como corpos sem alma”. No mesmo documento, pedia ao rei para que remetesse alguns casais das ilhas de Portugal, “porque assim se aumentaria a cultura dessas terras, [...] e se recrutaria o Terço das Tropas” (AHU, 1742).

Silva Paes fazia referência aos imigrantes das ilhas de Açores, Madeira e Trás-os-Montes, que desembarcaram em Colônia do Sacramento anos antes, em viagens patrocinadas pela Coroa Portuguesa.² Em 1746, Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, também escreveu ao rei para reforçar o pedido de Silva Paes sobre o recrutamento dos casais portugueses para povoar a região da ilha de Santa Catarina (Piazza, 1992).

No ano de 1747, em documento sem autoria identificada, membros da Coroa Portuguesa acreditavam ser conveniente o aumento populacional da ilha de Santa Catarina. Nele defendia-se a necessidade de tomar capital dos negociantes de Lisboa a juros, por meio do Conselho Ultramarino, para cobrir as despesas com o transporte. Supunha-se que cada casal gastasse, do embarque ao desembarque, próximo de 50\$000 (cinquenta mil réis), que era o dinheiro que julgava ser o máximo que se poderia arbitrar, pagando juros de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) para cada 50\$000. O autor faz até uma conta para justificar a lucratividade gerada a partir de tal empreendimento:

[...] no segundo ou terceiro ano produzirá aquele mesmo casal à Fazenda Real mais do que importa o dito juro pelo que há de pagar de direitos [...] e que este rendimento de ano em ano há de ir crescendo ao *galarim* por irem nascendo filhos para aumentarem o consumo e se irem aumentando as lavouras e criações.³

² Em agosto de 1722, foram publicados os primeiros editais para que os casais dessas ilhas se alistassem para colaborar na conquista de Colônia do Sacramento, povoando-a mais esparsamente por terra. Desde então, diversas pessoas apresentaram suas justificativas para o embarque, entre as quais a perda dos bens por dívidas deixadas na lavoura aos credores, falta de alimentos e de emprego (Piazza, 1992).

³ Citado em Piazza (1992, p. 65).

Um ano antes da expedição desse documento, em 1746, o Conselho Ultramarino havia emitido um parecer semelhante ao rei, em que acreditava “ser muito útil que a Real Fazenda faça a despesa de transportar casais”, que a 50\$000 cada, “importam em duzentos contos de réis.” Além de evidenciar que setores da monarquia pretendiam ocupar o local com algo próximo a quatro mil portugueses sem muitas posses, nesse documento o Conselho Ultramarino apontava também para que a medida viesse acompanhada de uma reorganização no arremate dos contratos de arrecadação dos dízimos, ressaltando a lucratividade desse empreendimento para os cofres portugueses:

[...] acabando o contrato anual dos dízimos de Santos e São Paulo em que até agora se compreendia o pouco rendimento das ditas terras da costa do Sul, mande Vossa Majestade arrendar em lanço a parte dos dízimos delas desde o Rio de São Francisco até o de São Pedro, inclusive.⁴

Charles Boxer (1973) observou que o objetivo fundamental dessa política de povoamento do litoral catarinense era defender e ocupar uma região conhecida e utilizada como rota para abastecimento e contrabando com outras nações europeias, como Espanha e Inglaterra. Entre as regiões portuárias do Rio de Janeiro e o rio da Prata em meados do século XVIII, havia uma região promissora em metais preciosos, apresamento de indígenas, madeiras, gado, aguadas, portos e tantos outros recursos naturais que podiam fornecer ao funcionamento do comércio mundial.

De acordo com Manoel Escudeiro de Sousa, governador de Santa Catarina no ano de 1754, o total estimado de imigrantes desembarcados provenientes das ilhas de Portugal até 1752 foi próximo de seis mil pessoas. De acordo com Piazza (1992), em 1754 desembarcaram 1.187 pessoas, o que eleva o número para mais de sete mil pessoas, além de possíveis desembarques clandestinos.⁵

Logo à chegada das primeiras 400 pessoas na ilha de Santa Catarina, o então governador José da Silva Paes elevou antigas regiões a freguesias, erigindo igrejas para acomodar os novos súditos de uma monarquia católica. Destinou alguns ao norte da ilha, na Enseada de Garoupas, e outros mais

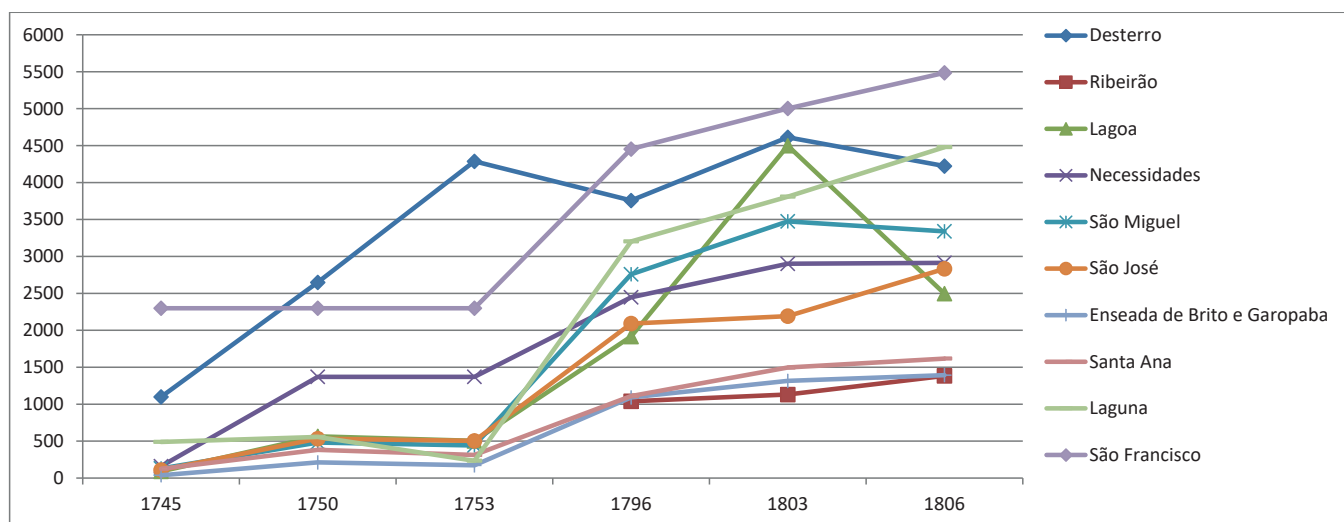
⁴ Citado por Piazza (1992, p. 70).

⁵ Ver “Relação de todos os casais e pessoas que têm vindo das ilhas de Açores e Madeira para esta de Santa Catarina (1748-1752)”, elaborado por Manoel Escudeiro de Sousa (Silva, 2013, p. 140), e o quadro apresentado por Piazza (1992, p. 354), em que contabiliza o número dos desembarques com base em documentos esparsos.

próximos ao sul, na Enseada de Araçatuba, ressaltando que nos próximos desembarques pretendia alocar os imigrantes no caminho que seguia de Laguna em direção a Viamão e Rio Grande⁶ (Piazza, 1992).

Até então, antes da imigração dos casais das ilhas, a população do litoral de Santa Catarina estava concentrada na vila de São Francisco do Sul (50%), seguida por Desterro (25%) e Laguna (10%). Em 1750, logo após os primeiros desembarques, quase metade (46%) da população total da capitania passava a ser composta pelos casais provenientes das ilhas de Portugal, momento em que a ocupação do litoral em torno do porto de Desterro adquiriu maior significado.

Gráfico 1 – Evolução populacional das principais vilas e freguesias do litoral de Santa Catarina (1745-1806)



Fonte: 1745: estimativa feita com base nos “casais da Terra” (AHU, 1750); 1750: AHU (1750), incluindo os “casais das Ilhas”; 1753: AHU (1753); 1796: AHU (1797); 1803: AHU (1804); 1806: AHU (1807).

Analisando o gráfico, percebe-se que logo após os primeiros desembarques, a freguesia da Lagoa, situada às margens da Lagoa da Conceição, na ilha de Santa Catarina, teve 80% de sua população composta por esses casais de novos imigrantes. A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, situada ao norte na ilha de Santa Catarina, teve o maior percentual encontrado desses

⁶ De acordo com Piazza (1992), tem-se as seguintes datas de fundação das freguesias do litoral de Santa Catarina: a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito foram criadas em 1750. São José da Terra Firme, em 1751. São Miguel da Terra Firme, Santa Ana e Vila Nova, em 1752. E Nossa Senhora das Necessidades, em 1755.

casais e seus descendentes na população de uma mesma freguesia (90%). São Miguel da Terra Firme e Santa Ana, situadas no continente, tiveram 72% e 67%, respectivamente, de sua população composta por esses imigrantes portugueses. Tais freguesias aumentaram em mais da metade a sua população. A freguesia das Necessidades passou de 160 habitantes para 1.370 em menos de 5 anos. Desterro, nesse momento, passou a concentrar 27% da população total da capitania, local em que os casais recenseados como “das ilhas” correspondiam a 60% da população. As localidades de maioria formada por casais recenseados como “da terra” continuavam sendo, no ano de 1750, a freguesia de São José (65%), a vila de Laguna (87%) e a de São Francisco do Sul (100%).

No ano de 1753, o governo da capitania de Santa Catarina produziu um novo censo. Nessa contagem, o número da população total foi de 6.452 pessoas, mas sem indicar os que estavam situados nas freguesias de São Francisco do Sul e de Nossa Senhora das Necessidades. Somando os habitantes ora registrados nesses locais no censo de 1750 e que não foram contabilizados no de 1753, chegaríamos ao total de 10.121 habitantes na capitania, o que, no geral, indica o aumento populacional da região quando da tentativa de ocupar o local mais esparsamente pela Coroa Portuguesa. Logo após o desembarque dos imigrantes, a capitania de Santa Catarina dobrou sua população.

A freguesia de Desterro, centro urbano da vila homônima, que antes da imigração dos casais das ilhas portuguesas possuía 25% da população total de Santa Catarina, em 1753 concentrava quase 50%, sendo o local que mais recebeu casais oriundos da imigração. Teve sua população reduzida no ano de 1796, quando apareceu pela primeira vez a freguesia do Ribeirão nos recenseamentos, por onde se conclui que essa freguesia foi um núcleo populacional criado para acomodação dos ilhéus e que a contagem de sua população esteve inicialmente vinculada à vila de Desterro. Em 1803, tem-se nova redução da população do núcleo urbano de Desterro, com novo aumento nas freguesias de Ribeirão e também na de São José.

Tais números demonstram que com o passar dos anos os descendentes dos imigrantes se alocaram em terras mais distantes de Desterro, mas ao mesmo tempo próximas à sua região portuária. Em geral, verificou-se que a grande maioria dos casais desembarcados na década de 1750 (cerca de 90%, desconsiderando as deserções) estabeleceu-se na ilha de Santa Catarina e no litoral situado bem à sua frente pelo continente, fato que resultou no aumento da mão de obra livre e pobre em torno da região portuária de Desterro.

Em 1796, quase 50 anos depois dos primeiros desembarques dos casais provenientes das ilhas de Portugal, a população de Santa Catarina teve um crescimento em mais de 100%, passando de 10.121 habitantes em 1753 para 23.865 em 1796. Até o ano de 1836, teve um crescimento anual médio de 2,3% ao ano, acompanhando o ritmo de crescimento de outras regiões, como Bahia e Rio Grande do Sul. Os maiores índices de crescimento da população local no século XIX ocorreram entre 1814 e 1829, a um ritmo de crescimento anual próximo a 3,0% (Gomes, 2017, p. 600).

2. O tráfico de escravizados para Santa Catarina

No ano de 1749, logo após os primeiros desembarques dos imigrantes portugueses, casais instalados em Santa Catarina buscavam autorização para adquirir africanos escravizados para trabalhar na lavoura de suas terras. Catarina Eugênia Bitancourt e José Francisco de Sousa, naturais da ilha de São Jorge, enviaram ao rei D. João V um requerimento em que pediam o adiantamento dos escravizados, ficando “como obrigação do pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para as tropas” (AHU, 1749). A resposta negativa da Coroa com a justificativa de que “não era justo acostumar esta Nova Colônia ao prejudicial abuso de não trabalharem os brancos, que nas outras vivem em prejudicial ociosidade, por ocasião deste mau costume” (AHU, 1756), evidencia a insistência no projeto de tentar povoar o local, inicialmente, com base na mão de obra livre. Porém, diversos assentos de batizados de africanos a partir de 1760 demonstram a presença africana em freguesias de Santa Catarina (Mamigonian; Cardoso, 2013).

A tentativa de fundar uma colônia no Sul exclusivamente com base na mão de obra livre fracassou. Em 1796, uma nova estimativa da população de Santa Catarina foi elaborada, e dessa vez a população apareceu distinta por gêneros e condições jurídicas (livres, libertos e escravos), numa época em que os escravizados compunham 20% da população de Santa Catarina.

De acordo com o mapa populacional assinado pelo governador da capitania de Santa Catarina, em 1796, a freguesia do Ribeirão, ao sul da ilha de Santa Catarina, teve a maior porcentagem da população composta por escravizados em uma mesma freguesia (cerca de 30% da população), seguida por São Miguel (28%), local em que havia uma armação baleeira, e Desterro (27%). A vila de Laguna, região portuária situada ao sul da capitania, tinha sua população escravizada estimada em 24% do total.

No Rio de Janeiro, o número de navios negreiros aportados cresceu após 1808, com a abertura dos portos, e após 1822, com a Independência do Brasil. Em 1826, o volume do tráfico aumentou ainda mais em função do processo de reconhecimento da independência brasileira pela Grã-Bretanha, que condicionava a abolição do comércio negreiro pelo Atlântico (Florentino, 1997).

Os africanos desembarcados nos principais portos do Brasil não ficavam todos nesses locais. Havia um enorme mercado de redistribuição. O porto carioca funcionava como um dos principais polos de redistribuição da mão de obra escravizada para a América do Sul. Boa parte dos africanos importados pelo Rio de Janeiro tiveram como destino final as capitanias de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento. Considerando os navios que saíam com africanos do Rio de Janeiro, 12% deles tiveram como destino final os portos de Santa Catarina (Florentino, 1997).

Tratando-se do tráfico do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, o período de 1800 a 1810 foi caracterizado por uma elevação em mais de 100% no volume desembarcado na década anterior, passando de uma média anual de 331 africanos para 789 africanos importados. O período de 1811 a 1824 correspondeu ao auge do tráfico para essa região, quando a importação de africanos nunca baixou de 1.300 por ano, ultrapassando os três mil em 1814. Na década de 1820, o desembarque de africanos ficou próximo a dois mil anualmente. Entre 1826 e 1828, houve uma desaceleração do tráfico para essa região, em decorrência dos efeitos negativos da Guerra da Cisplatina; e o período de 1828 a 1831 foi marcado pela retomada das atividades do tráfico a uma média de 1.333 escravizados por ano (Aladrén, 2015).

Até 1812, o mercado platino era muito atraente para os comerciantes luso-brasileiros de africanos. Com o comércio de escravizados interrompido no rio da Prata em 1812 e com a abertura dos portos no Brasil em 1808 o fluxo do capital interessado no financiamento do tráfico para Buenos Aires, Montevideu e Colônia do Sacramento se voltou ao Rio Grande. Na década de 1810, o desembarque de africanos escravizados para o Rio Grande do Sul aumentou em níveis sem precedentes (Aladrén, 2015).

A região de Santa Catarina estava nessa rota do tráfico para os portos do Sul. Desde 1680 a região era utilizada como escala de contrabando para os portos do rio da Prata. Também servia de escala na rota dos navios que partiam carregados com africanos para o Rio Grande do Sul. Não é difícil supor que durante a escala em Santa Catarina para reabastecimento das em-

barcações fossem trocados alguns africanos escravizados (Silva, 2013). Durante as primeiras décadas do século XIX, ao se conectar com maior intensidade ao mercado do Rio de Janeiro, o litoral catarinense importou milhares de africanos escravizados (Passos, 2021).

Em 1799, um documento avulso produzido na capitania de Santa Catarina informa o número de africanos escravizados desembarcados no local neste mesmo ano. Soma-se um total de 1.060 entre ambos os sexos, desembarcados entre os meses de janeiro a março e distribuídos entre os portos de São Francisco, Laguna e Desterro (APESC, 1799).

Mas para estimar o número de africanos desembarcados em Santa Catarina não se pode simplesmente multiplicar a quantidade de um determinado mês para estimar os outros, pois as estações do ano, as quais determinavam os ritmos dos ventos, exerciam influência na dinâmica do comércio atlântico (Alencastro, 2000).

Durante o século XIX, verão e outono corresponderam aos meses de maior desembarque de africanos no porto do Rio de Janeiro (Florentino, 1997). Por certo, era preciso que os africanos fossem redistribuídos o mais rápido possível para evitar gastos com alimentação e alojamento, e deveria ser próximo a essas épocas que se despachavam os africanos importados pelo Rio de Janeiro para os portos do interior.

Quando esteve em Desterro, no ano de 1808, o almirante russo Golovnin notou que no local:

[...] estavam ancorados dois ou três navios portugueses destinados ao comércio de cabotagem. Isso se dá somente no verão, pois no inverno é perigoso para os navios ancorarem ali, porque a enseada está completamente aberta aos ventos do sul. (Golovnin, 1808 *apud* Berger, 1984, p. 203)

Possivelmente, os maiores desembarques de africanos escravizados em Santa Catarina ocorreram entre novembro e abril. Chamisso, que ancorou na Ilha de Santa Catarina no ano de 1815, notou que “o tráfico de escravos ainda florescia aqui. Só o governo de Santa Catarina necessitava, anualmente, de uma quantidade de cinco a sete navios negreiros, cada um com uma média de cem negros” (Chamisso *apud* Berger, 1984, p. 235).

É possível, estimando-se somente os primeiros meses do ano de 1799, um ano de menor dinamismo no tráfico, e acreditando no relato de Chamisso, que afirmou serem necessários entre 500 a 700 escravizados por ano em 1815,

que o número de africanos escravizados desembarcados em Santa Catarina nas três primeiras décadas do século XIX varie entre 15 mil a 30 mil. É preciso considerar que entre 1787 e 1820 o percentual da população escravizada de Santa Catarina aumentou de cerca de 20% para 25%. A escravidão, apesar de limitada regionalmente, tinha um lugar estrutural nessa sociedade (Gomes, 2017).

Os africanos que desembarcavam em Santa Catarina não deveriam permanecer todos na região, podendo ser destinados a locais mais distantes, por mercadores igualmente interessados na redistribuição dessas mercadorias pelas freguesias do interior ou até mesmo para locais mais próximos ao contrabando com a fronteira espanhola. Também podemos suspeitar de uma rede de traficantes que, com a justificativa de serem desembarcados em Santa Catarina, reembarcassem os africanos em barcos menores para os caminhos do contrabando.

3. O aumento da produção de Santa Catarina no início do século XIX

De acordo com o relatório assinado pelo governador da capitania de Santa Catarina, no ano de 1796 a farinha de mandioca era a principal produção da região. Encontrava-se em todas as localidades. Provinha na sua maior parte de São Francisco do Sul, local em que se estimava a produção em 60 mil alqueires, correspondentes a 30% da produção total da capitania. Em Lagoa, Necessidades, São Miguel, São José, Laguna, Desterro e Ribeirão, fabricavam-se em média 20 mil alqueires de farinha de mandioca anualmente em cada freguesia. Em 1796, somada toda a produção de farinha de mandioca da capitania, obteve-se o total de 204 mil alqueires, dos quais 52.135 (25,5%) foram exportados.⁷ As localidades de Laguna, Desterro, Lagoa e Ribeirão tinham uma produção mais diversificada: juntas, produziam 100% do fumo, 66% de açúcar, 56% do linho, 42% do café, 37% do algodão e 34% do milho (AHU, 1797).

Algumas produções agrícolas eram mais exportadas do que consumidas localmente. Em 1803, de peixe-seco, por exemplo, eram exportados 11.120 milheiros, ao passo que eram consumidos 7.410 milheiros. Havia também,

⁷ “Exportações” se refere ao conceito utilizado nas fontes para descrever as saídas portuárias da produção local, destinadas em grande parte para o mercado colonial. A palavra não se refere às “exportações ultramarinas” ou saídas das mercadorias diretamente ao mercado do atlântico.

nesse mesmo ano, uma exportação considerável de açúcar e arroz, juntamente com café, aguardente e couro: eram exportados próximo de 80% daquilo que se produzia desses produtos.

A fim de entender melhor a espacialização da produção local, cabe verificar quais produtos tiveram a produção aumentada à medida que os africanos escravizados passaram a ser desembarcados na região.⁸

Tabela 1 – Percentual das principais produções de Santa Catarina por localidade (1796)

Produtos	Desterro e Ribeirão	Lagoa	Necessidades	S. Miguel	S. José	E. de Brito	Laguna	Vila Nova	São Francisco	Total
Açúcar	32%	34%	3%	13%	3%	13%	-	2%	-	3.598 @
Algodão	19%	18%	30%	10%	11%	8%	4%	-	-	2.438 @
Aguardente	22%	20%	16%	9%	2%	12%	6%	2%	11%	37.711 pipas
Arroz	9%	4%	15%	13%	44%	8%	1%	1%	5%	15.806 alqueires
Café	27%	15%	4%	7%	46%	2%	-	-	-	136,5 arr.
Farinha de mandioca	10%	12%	10%	10%	10%	9%	10%	6%	29%	204.000 alqueires
Feijão	16,5%	14%	23%	15%	14%	8%	8%	1%	0,5%	7.326 alqueires
Fumo	60%	40%	-	-	-	-	-	-	-	209 @
Linho ordinário	22%	34%	2%	7%	16%	5%	10%	5%	-	2.448 [ileg.]
Milho	13%	21%	15%	10%	22%	9%	9%	1%	-	12.515 alqueires
Peixe Seco	-	-	-	-	-	-	9%	40%	51%	1.140 milheiros
Tabuado	57%	-	-	-	-	-	-	-	43%	223 dúzias

Fonte: AHU (1797).

⁸ Optou-se por usar a conversão de pesos e medidas do século XVIII e início do XIX elaborada por Roberto Simonsen, a fim de transformar as medidas “quintal” e “arrobas” em quilos e o “alqueire” (medida de capacidade para grãos e artigos secos) em “litros”. As antigas medidas portuguesas podem ser atualizadas para quilogramas de acordo com Roberto Simonsen: 1 quinta = 59 kg; 1 arroba = 15 kg e 1 alqueire = 36 litros. Para transformar o litro de farinha em quilos, utilizei a mesma conversão de Bert Barickman (2003, p. 342): “[...] um litro de farinha de granulação média-fina pesa aproximadamente 625 gramas; portanto, um alqueire pesaria 22,67 quilogramas e uma quarta de alqueire, 5,67 quilogramas”.

Tabela 2 – Evolução das principais produções de Santa Catarina (1803, 1806, 1810, 1820, 1850)*

Produtos (produção e exportação)	Quantidade									
	1803		1806		1810		1820		1850	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Açúcar (quilogramas)	51.786,196	42.997,878 (83,0%)	95.255,930	63.995,470 (67,2%)	49.633,689	18.048,614 (36,4%)	43.233,806	20.407,772 (47,2%)	–	12.563,251
Aguardente (litros)	180.906,858	145.624,710 (80,5%)	202.469,058	158.679,158 (78,4%)	88.609,994	67.313,994 (75,9%)	300.380,08	208.205,668 (69,3%)	–	40.411,822
Algodão (quilogramas)	60.987,388	19.346,096 (31,7%)	51.609,025	9.024,246 (17,4%)	96.539,443	12.268,339 (12,7%)	47.893,384	4.718,056 (9,8%)	–	–
Arroz (quilogramas)	239.694,766	184.377,732 (76,9%)	322.631,54	217.289,688 (67,3%)	833.509,785	542.160,819 (65,0%)	483.652,400	376.600,070 (77,8%)	–	216.028,995
Betas de Imbé (unidades)	5.424	5.148 (94,9%)	2.136	1.992 (93,2%)	492	456 (92,6%)	3.744	2.568 (68,58%)	–	–
Café (quilogramas)	10.793,706	10.026,940 (92,8%)	13.447,896	11.678,436 (86,6%)	224.015,155	194.759,884 (86,9%)	66.354,750	49.898,772 (75,2%)	–	10.041,753
Couro (unidade)	203.900	170.000 (83,3%)	63.300	55.500 (87,6%)	55.300	31.500 (56,9%)	30.800	23.400 (75,9%)	–	–
Farinha de mandioca (alqueires)	193.827	63.423 (32,7%)	201.205	71.042 (35,3%)	243.659	71.487 (29,3%)	307.576	142.415 (46,3%)	–	204.166
Feijão (alqueires)	9.500	2.295 (24,1%)	11.775	2.961 (25,1%)	12.212	6.872 (56,2%)	15.289	6.121 (40,0%)	–	32.103
Linho ordinário (quilogramas)	14.037,716	1.651,496 (11,7%)	15.394,302	2.949,100 (19,1%)	90.361,036	78.918,451 (87,3%)	47.893,384	4.718,560 (9,8%)	–	–
Madeira (unidades)	4.284	2.484 (57,9%)	8.352	6.612 (79,1%)	–	–	18.744	15.024 (80,1%)	–	–
Milho (alqueires)	8.124	1.907 (23,4%)	8.113	2.589 (31,9%)	5.643	1.702 (30,1%)	27.596	16.841 (61,0%)	–	19.550
Peixe-salgado (quilogramas)	3.848,601	2.565,734 (66,6%)	14.509,670	12.150,374 (83,7%)	77.340,672	61.430,169 (79,4%)	–	–	–	–
Peixe-seco (unidades)	18.430	11.020 (59,7%)	4.969	4.647 (93,5%)	11.953	5.039 (42,1%)	–	–	–	–
Tabaco (quilogramas)	5.485,326	3.597,902 (65,5%)	11.324,544	5.485,326 (48,4%)	5.205,196	1.887,436 (36,2%)	1.710,478	707,784 (41,3%)	–	–
Total em cruzados	404.549	179.682	370.596	184.440	401.937	188.257	463.259	214.900	–	–

Fonte: 1803:AHU (1804); 1806:AHU (1807); 1810:AHU (1829, p. 66); 1820:AHU (1822); 1850: Lacerda (1866 *apud* Cardoso, 2000, p. 82).

* Com a finalidade de comparar os pesos e medidas, optou-se por fazer aqui a conversão desses valores de acordo com a tabela elaborada por Roberto Simonsen, convertendo esses antigos padrões aos atuais, pois algumas medidas para os mesmos produtos estavam em “arrobas” em uma fonte e em “quintas” em outra, assim como a “aguardente”, que estava em “canadas”, “medidas” e “pipas”, e que foram convertidas para litros. Somente assim foi possível comparar a evolução da produção ao longo do tempo e o seu coeficiente de exportação.

No ano de 1803, foram produzidos quase 52 mil quilogramas e cerca de 80% dessa produção estava voltada para a exportação. Em 1806, tem-se quase o dobro dessa produção, porém se exportou 67%. E em 1820, houve uma produção menor que a de 1803 e somente 47% dela foi exportada. Com o passar dos anos, ocorreu uma redução na produção açucareira da região.

No início do século XIX, a alta demanda por produtos coloniais voltados à exportação pode ter impulsionado a produção açucareira do litoral catarinense, mas a queda no preço do açúcar, iniciada sobretudo após 1817, e a concorrência dos produtores cariocas situados mais próximos às regiões do embarque transatlântico podem ter desestimulado essa produção em Santa Catarina. O açúcar voltou a ser produzido em 1820 em quantidades parecidas com as de 1803, mas, diferentemente, seu consumo agora era 2,5 vezes maior no interior da capitania.

Caso similar ocorreu com a produção de algodão. Em 1803, cerca de 60 mil quilogramas de algodão foram produzidos em Santa Catarina, sendo que 30% dessa produção foi exportada. Em 1806, 17% da produção foi exportada; e em 1820, apenas 10%. Seu consumo na capitania se manteve em cerca de 40 mil quilogramas anuais, tendo decaído aquela produção que estava voltada à exportação.

Os couros também tiveram queda de produção quando comparados com 1803. Nesse ano, tem-se 203.900 peças de couros produzidas na capitania, e 83% dessa produção era exportada. A produção decaiu para 30.800 peças em 1820, mesmo a porcentagem daquilo que era exportado de couro tendo ficado próximo aos 80% do que era produzido. Talvez tenha ocorrido uma redução no fluxo do gado que chegava por via terrestre do Rio Grande e era embarcado pelos portos catarinenses. O fato é que esse produto também teve uma redução no seu volume exportado.

Ao passo que alguns produtos decaíram de produção ao longo do século XIX, outros artigos aumentaram consideravelmente a sua exportação entre os anos de 1803 e 1820.

De aguardente, exportavam-se 145.625 litros em 1803, valor que alcançou 208.205 litros em 1820. Seu coeficiente de exportação variou entre 69,3% e 80,5% de sua produção. Em 1850, a quantidade de aguardente exportada não era a mesma do início do século, sinal de que sua produção acompanhou o ritmo da importação da mão de obra escravizada nas primeiras décadas do século. A aguardente era um item importante, necessário para aquisição de africanos escravizados em Angola (Alencastro, 2000).

O arroz aumentou sua produção de 239 mil quilogramas em 1803 para 322 mil em 1806 e 483 mil quilogramas em 1820. Sua exportação, que era de 77% do total de arroz produzido na capitania em 1803, passou para 67% em 1806 e voltou a 77% em 1820. O arroz foi uma das culturas locais cujo consumo aumentou na capitania em proporção ao aumento populacional, mas sua produção voltada à exportação também aumentou.

O feijão tinha certo mercado. Inicialmente, 9.500 alqueires foram produzidos em 1803, sendo 24% de sua produção exportada. Em 1806, sua produção foi de 11 mil alqueires e em 1820 foi de 15 mil alqueires. Sua exportação subiu de 24% de sua produção em 1803 para 40% em 1820. Caso semelhante aconteceu com o milho. Em 1803, foram produzidos 8 mil alqueires, aumentando em 1820 para 27 mil alqueires, tendo sua exportação acrescida de 23% para 60%.

Nesse mesmo período, a região também aumentou sua produção de café. Dos cerca de 10 mil quilogramas produzidos em 1803 e 1806, sua produção aumentou para 224 mil quilogramas em 1810, reduzindo para 66 mil quilogramas no ano de 1820. Sua exportação, que era de 92% da produção em 1803, permaneceu nunca menor de 75% até 1820.

Vale notar que o peixe-salgado, uma espécie de charque feito com peixe, produzido em todo o litoral de Santa Catarina, teve um grande aumento na sua produção. De 3 mil quilogramas produzidos em 1803, a produção aumentou para 14 mil quilogramas em 1806, passando para 77 mil quilogramas em 1810. Sua exportação, que era de 66%, subiu para próximo de 80% em 1820. De peixe-seco, uma exportação próxima a 5 mil unidades foi razoável durante as duas primeiras décadas do século XIX.

A produção de farinha de mandioca, principal cultivo da região, aumentou também em grandes proporções. Dos cerca de 193 mil alqueires produzidos em 1803, passou-se a algo próximo a 200 mil alqueires em 1806, 240 mil alqueires em 1810 e 307 mil alqueires no ano de 1820. Produto muito utilizado como alimento por aqueles que habitavam o Sul desde o início da colonização, sua exportação subiu de 32% daquilo que era produzido em 1803, para 35% em 1806 e 46% no ano de 1820.

4. Considerações finais

Em meados de 1750, em torno de 7 mil pessoas provenientes das ilhas de Portugal foram para o litoral de Santa Catarina. Ao serem alocadas próximo

à região de Desterro, esses novos imigrantes tinham o potencial de aumentar a produção mercantil local, elevando os rendimentos para os cofres portugueses por meio do aumento no valor do contrato dos dízimos.

No início no século XIX, a escravidão variou entre 20% e 30% da população total das maiores freguesias locais, que alcançava cerca de 20% da população total da capitania em 1800, passando a 25% do total da população na década de 1820. Ao estar inserido nas cadeias do comércio atlântico pela exportação da produção econômica local, o litoral catarinense pôde ampliar a importação da mão de obra africana, redistribuída por meio do mercado do Rio de Janeiro, acompanhado o aumento no ritmo de desembarque dos africanos na colônia como um todo.

A ampliação da mão de obra livre e pobre em meados do século XVIII e da escravidão africana no início do século XIX viabilizou o aumento da produção local. O processo de abertura dos portos e de incentivo à integração econômica do Centro-Sul em 1808 inseriu o litoral de Santa Catarina com maior intensidade nas cadeias do mercado atlântico.

Nas primeiras décadas do século XIX, em Santa Catarina, o aumento da escravidão não se traduziu em ampliação das culturas tipicamente voltadas à exportação, como ocorreu no caso do açúcar e do algodão nas regiões portuárias de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. As exportações locais que aumentaram foram, sobretudo, as de aguardente, arroz, milho, café e, principalmente, farinha de mandioca. Doravante se conclui que foram a essas culturas que se dedicaram grande parte dos lavradores locais e onde se introduziu a maior parte da mão de obra africana que passou a desembarcar na região com maior intensidade a partir de 1811.

Desde 1808, quando se intensificou o abastecimento de alimentos na capital do Rio de Janeiro e a ampliação do comércio transatlântico de africanos escravizados, a produção agrícola de Santa Catarina viveu um período de crescimento econômico, sobretudo por conta do aumento nas exportações de aguardente, arroz, café, farinha de mandioca e milho, colaborando com a manutenção dos interesses portugueses no Atlântico, ao integrar a sua produção econômica ao circuito desse comércio.

Referências

ALADRÉN, G. A região platina enquanto espaço produtivo articulado ao tráfico transatlântico de escravos (c. 1777-1831). In: VI JORNADAS URUGUAYAS DE HISTÓRIA ECONÓMICA, 20215, Montevideu.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Carta. 23 de agosto de 1742. AHU-Rio de Janeiro, cx. 42, doc. 59. AHU_CU_017, Cx. 34, D. 3627.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Carta. Lisboa, 20 de janeiro de 1756. AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 48; cx. 2, doc. 32. AHU_ACL_CU_0221, Cx. 2, D. 112.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Carta. Vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina, 20 de abril de 1804. AHU-Santa Catarina, cx. 10, doc. 30, 27. AHU_ACL_CU_021, Cx. 8, D. 454.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Mapa. 1750. AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 69. AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 67.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Mapa. 1753. AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 12. AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 93.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Ofício. 24 de abril de 1822. AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 23. AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 609.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Ofício. Freguesia das Necessidades, 17 de novembro de 1797. AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 7. AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 387.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Ofício. Vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina, 8 de junho de 1807. AHU-SC, cx. 12, doc. 14. AHU_ACL_CU_021, Cx. 9, D. 523.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Requerimento. 17 de outubro de 1749. AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 60. AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 60.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Provisões do Conselho Ultramarino (1794-1807). Cx. 32, Fl. 57.

BARICKMAN, B. *Um contraponto baiano: açúcar fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRITO, P. J. M. de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typografia de Lisboa, 1829.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

BERGER, P. (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

FILHO, A. G. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de Grossa: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, L. C. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 593-615, 2017.

HÜBENER, L. M. *O comércio na cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LACERDA, A. de B. C. de A. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão extraordinária de 1º de março; Falla dirigida à mesma Assembléa na sessão extraordinária de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda no anno de 1866. Desterro, 1866. In: CARDOSO, F.H. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993.

MAMIGONIAN, B. G.. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. In: FRAGOSO, J. [et al.] (Org). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006

MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, B. G.; SAYÃO, T.J. (Org). *Revisitar Laguna: história de conexões atlânticas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

PASSOS, A. F. O comércio de escravos em Laguna nas primeiras décadas do século XIX. In: MAMIGONIAN, B. G.; SAYÃO, T.J. (Org). *Revisitar Laguna: história de conexões atlânticas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

PIAZZA, W.F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

PIAZZA, W.F. *A epopeia açórico-madeirense 1747-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1992.

SILVA, A. da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.